

FRANCISCO REZEK

DIREITO
INTERNACIONAL
PÚBLICO
CURSO ELEMENTAR

18ª edição
2022

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos Fernando Penteadó

Novos projetos Aline Darcy Flor De Souza
Dalila Costa de Oliveira

Gerência editorial Isabella Sánchez de Souza
Edição Daniel Pavani Naveira

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto
Klariene Andrielly Giraldi

Diagramação Rafael Cancio Padovan
Revisão Fernanda Guernero Antunes

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Edições Loyola

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ELABORADO POR WAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410

R467d Rezek, Francisco
Direito Internacional Público: Curso Elementar /
Francisco Rezek. - 18. ed. - São Paulo : SaraivaJur,
2022.
488 p.

ISBN: 978-65-5559-639-7

1. Direito. 2. Direito Internacional Público. 3. Trata-
do Internacional. 4. Direitos Humanos. I. Título.

2021-3623

CDD 341
CDU 341

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Internacional Público 341
2. Direito Internacional Público 341

Data de fechamento da edição: 18-10-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal

CL 607593 CAE 785471

ÍNDICE GERAL

<i>Prefácio do autor</i>	21
--------------------------------	----

INTRODUÇÃO

1. Ordem jurídica numa sociedade internacional descentralizada.....	25
2. Fundamento do direito internacional público.....	27
3. Direito internacional e direito interno: teorias em confronto.	28
4. Roteiro do curso	29

Parte I

NORMAS INTERNACIONAIS

5. O rol das fontes no Estatuto da Corte da Haia.....	35
---	----

Capítulo I

O TRATADO INTERNACIONAL

6. Perspectiva histórica.....	37
-------------------------------	----

Seção I — ENTENDIMENTO DO FENÔMENO CONVENCIONAL

7. Conceito.....	40
8. Terminologia.....	40
9. Formalidade.....	42
10. Atores	44
11. Efeitos jurídicos.....	44
12. Regência do direito internacional.....	48
13. Base instrumental	49
a) Troca de notas: um meio de comunicação	49
b) Troca de notas: um método negocial.....	50

Seção II — CLASSIFICAÇÃO DOS TRATADOS

14. Proposição da matéria.....	51
15. Número de partes.....	51
16. Procedimento.....	51
17. Natureza das normas.....	54
18. Execução no tempo.....	56
19. Execução no espaço.....	58

Seção III — PRODUÇÃO DO TEXTO CONVENCIONAL

20. Competência negocial.....	59
a) Chefes de Estado e de governo.....	60
b) Plenipotenciários.....	61
c) Delegações nacionais.....	63
21. Negociação bilateral: roteiro e circunstâncias.....	64
22. Negociação coletiva: roteiro e circunstâncias.....	67
23. Estrutura do tratado.....	70

Seção IV — EXPRESSÃO DO CONSENTIMENTO

24. Assinatura.....	72
25. Intercâmbio instrumental.....	73
26. Ratificação: entendimento.....	74
27. Ratificação: características.....	76
a) Competência.....	77
b) Discricionariedade.....	78
c) Irretratabilidade.....	79
28. Ratificação: formas.....	81
29. Ratificação: o depositário.....	82
30. Pressupostos constitucionais do consentimento: generalidades.....	83
31. Pressupostos constitucionais do consentimento: o sistema brasileiro.....	85
32. O problema dos “acordos executivos”.....	86
33. Acordos executivos possíveis no Brasil.....	88
a) O acordo executivo como subproduto de tratado vigente... ..	88
b) O acordo executivo como expressão de diplomacia ordinária.....	89
34. Procedimento parlamentar.....	90
35. Reservas.....	92

36. Vícios do consentimento.....	95
a) Consentimento viciado pela desobediência ao direito público interno.....	95
b) Erro, dolo, corrupção e coação sobre o negociador	97
c) Coação sobre o Estado	97

Seção V — ENTRADA EM VIGOR

37. Sistemas.....	99
a) Vigência contemporânea do consentimento	99
b) Vigência diferida	100
38. Registro e publicidade.....	100
a) O sistema da Sociedade das Nações.....	101
b) O sistema das Nações Unidas.....	102
c) Registros regionais e especializados	103
39. Incorporação ao direito interno	104
40. Promulgação e publicação de tratados no Brasil.....	104

Seção VI — O TRATADO EM VIGOR

41. Efeitos sobre as partes.....	105
42. Efeitos sobre terceiros	111
a) Efeito difuso: as situações jurídicas objetivas.....	111
b) Efeito aparente: a cláusula de nação mais favorecida	112
c) Previsão convencional de direitos para terceiros.....	113
d) Previsão convencional de obrigações para terceiros. O sistema de garantia	113
43. Duração.....	114
44. Ingresso mediante adesão.....	115
45. Emendas	118
46. Violação.....	119
47. Interpretação.....	121
a) Sistemas.....	121
b) Métodos.....	123
48. Conflito entre tratados.....	124
a) Identidade da fonte de produção normativa	125
b) Diversidade da fonte de produção normativa.....	125
49. Conflito entre tratado e norma de direito interno.....	127
a) Prevalência dos tratados sobre o direito interno infra-constitucional.....	129
b) Paridade entre o tratado e a lei nacional.....	129

50. Situações particulares em direito brasileiro atual	131
a) Domínio tributário: o art. 98 do Código Tributário Nacional	131
b) Direitos e garantias fundamentais: o art. 5º, §§ 2º e 3º, da Constituição	139

Seção VII — EXTINÇÃO DO TRATADO

51. A vontade comum.....	141
a) Predeterminação ab-rogatória.....	142
b) Decisão ab-rogatória superveniente	143
52. A vontade unilateral.....	145
53. Denúncia e direito interno	148
54. Mudanças circunstanciais	152
a) A execução tornada impossível.....	152
b) “ <i>Rebus sic stantibus</i> ”	152
55. <i>Jus cogens</i>	154

Capítulo II

FORMAS EXTRA CONVENCIONAIS DE EXPRESSÃO DO DIREITO INTERNACIONAL

56. Proposição da matéria.....	156
--------------------------------	-----

Seção I — O COSTUME INTERNACIONAL

57. Elementos do costume	156
58. O elemento material	157
59. Elemento subjetivo: a <i>opinio juris</i>	158
60. O problema da generalidade	159
61. Prova do costume: atos estatais	160
62. Prova do costume no plano internacional	161
63. Costume e tratado: a questão hierárquica	162
64. Costume e tratado: a evolução histórica	163
65. Codificação do direito costumeiro.....	164
66. Fundamento de validade da norma costumeira	167
67. Fundamento do costume: a doutrina e a Corte	168

Seção II — PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO

68. Significado original	170
--------------------------------	-----

69. Entendimento extensivo.....	171
70. Fundamento de validade dos princípios gerais.....	171

Seção III — ATOS UNILATERAIS

71. Controvérsia.....	173
72. Ato e norma	174

Seção IV — DECISÕES DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

73. Ainda a controvérsia.....	175
74. Nomenclatura e eficácia	176
75. Natureza jurídica. Autonomia.....	177

Capítulo III INSTRUMENTOS DE INTERPRETAÇÃO E DE COMPENSAÇÃO

76. Proposição da matéria.....	179
--------------------------------	-----

Seção I — JURISPRUDÊNCIA E DOUTRINA

77. O juiz não legisla	179
78. Determinação do teor das normas não escritas.....	180
79. Que jurisprudência?.....	181
80. Doutrina: a difícil sintonia.....	182

Seção II — ANALOGIA E EQUIDADE

81. Métodos de raciocínio jurídico.....	183
82. Entendimento da equidade	184

Parte II PERSONALIDADE INTERNACIONAL

83. Estados e organizações internacionais.....	189
84. Indivíduos e empresas	190
85. Réus em foro internacional.....	192
86. Litígios transnacionais entre o particular e o Estado.....	198

87. Proposição da matéria.....	200
Capítulo I O ESTADO	
88. Três elementos	201
Seção I — TERRITÓRIO DO ESTADO	
89. Jurisdição ou competência.....	201
90. Aquisição e perda de território	204
91. Delimitação territorial	206
Seção II — IMUNIDADE À JURISDIÇÃO ESTATAL	
92. Um velho tema.....	209
93. Diplomacia propriamente dita e serviço consular	210
94. Privilégios diplomáticos	211
95. Privilégios consulares	212
96. Aspectos da imunidade penal	214
97. Renúncia à imunidade	215
98. Primado do direito local	215
99. Estado estrangeiro e jurisdição local	216
100. Imunidade do Estado: fatos novos e perspectivas	218
Seção III — DIMENSÃO PESSOAL DO ESTADO	
101. População e comunidade nacional.....	221
102. Conceito de nacionalidade.....	222
Subseção 1 — <i>A nacionalidade em direito internacional</i>	
103. Princípios gerais e normas costumeiras.....	223
104. Tratados multilaterais	225
Subseção 2 — <i>A nacionalidade brasileira</i>	
105. Matéria constitucional	228
106. Brasileiros natos	228
107. Brasileiros naturalizados	231
108. Perda da nacionalidade brasileira	232
Subseção 3 — <i>O estatuto de igualdade</i>	
109. Gênese	233

110. Dois padrões de igualdade.....	234
111. Extinção do benefício estatutário	235
Seção IV — CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO	
112. Admissão discricionária	235
Subseção 1 — <i>Títulos de ingresso e direitos do estrangeiro</i>	
113. Variedade dos vistos.....	236
114. Diversidade dos direitos. Refúgio	237
Subseção 2 — <i>Exclusão do estrangeiro por iniciativa local</i>	
115. Deportação.....	239
116. Expulsão	239
Subseção 3 — <i>A extradição</i>	
117. Conceito e fundamento jurídico	241
118. A extradição no Brasil: reciprocidade e poderes constitu- cionais do Congresso.....	242
119. Discrição governamental e obrigação convencional	242
120. Submissão ao exame judiciário	243
121. Controle jurisdicional	245
122. Legalidade da extradição.....	246
123. Efetivação da entrega do extraditando.....	251
Subseção 4 — <i>Variantes ilegais da extradição</i>	
124. Dilemas da Justiça	252
125. Indiferença do direito internacional.....	255
126. Vocação protetiva do direito interno.....	256
127. O sistema protetivo no direito brasileiro	257
128. A doutrina do caso Biggs	258
Subseção 5 — <i>Asilo político</i>	
129. Conceito e espécies.....	261
130. Natureza do asilo diplomático.....	262
131. Disciplina do asilo diplomático.....	263
Seção V — PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	
132. Normas substantivas.....	265
133. Declaração de 1948: direitos civis e políticos	266

134. Declaração de 1948: direitos econômicos, sociais e culturais	266
135. Direitos humanos de terceira geração.....	266
136. Tratados sobre os direitos humanos.....	267
137. Mecanismos de implementação.....	268
Seção VI — SOBERANIA	
138. Noção de soberania.....	270
139. Roteiro da matéria	273
Subseção 1 — <i>Reconhecimento de Estado e de governo</i>	
140. Natureza declaratória do reconhecimento de Estado.....	274
141. Formas do reconhecimento de Estado.....	275
142. Reconhecimento de governo: circunstâncias.....	276
143. Doutrina Tobar: a expectativa da legitimidade	278
144. Doutrina Estrada: uma questão de forma	279
145. Harmonização das doutrinas. Prática contemporânea	280
Subseção 2 — <i>Estados federados e territórios sob administração</i>	
146. O fenômeno federativo e a unidade da soberania.....	282
147. Atuação aparente de províncias federadas no plano internacional.....	284
148. Territórios sob administração: a ONU e o sistema de tutela....	285
Subseção 3 — <i>Soberania e hipossuficiência</i>	
149. O problema dos microestados	286
150. Nações em luta pela soberania	288
151. A Santa Sé: um caso excepcional.....	289
Seção VII — MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO	
152. Atualidade das normas	291
153. Matrizes do direito ambiental.....	293
Capítulo II	
ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	
154. Introdução.....	295
Seção I — TEORIA GERAL	
155. Personalidade jurídica	303
156. Órgãos.....	304

157. Aspectos do processo decisório.....	305
158. A organização frente a Estados não membros.....	309
159. Sede da organização.....	310
160. Representação, garantias, imunidade.....	312
161. Finanças da organização.....	325
162. Admissão de novos membros.....	326
163. Sanções.....	328
164. Retirada de Estados-membros.....	330

Seção II — ESPÉCIES

165. Alcance e domínio temático.....	331
166. Alcance universal, domínio político: a SDN e a ONU.....	332
167. Alcance universal, domínio específico.....	334
168. Alcance regional, domínio político.....	335
169. Alcance regional, domínio específico.....	336

Capítulo III

RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL

170. Conceito.....	338
171. Fundamento.....	339

Seção I — ELEMENTOS ESSENCIAIS

172. O ato ilícito.....	340
173. A imputabilidade.....	340
174. O dano.....	343

Seção II — PROTEÇÃO DIPLOMÁTICA

175. Teoria geral.....	344
176. O endosso.....	345
177. Primeira condição do endosso: a nacionalidade do particular.....	346
178. Dupla nacionalidade.....	347
179. Nacionalidade contínua.....	348
180. Nacionalidade efetiva.....	348
181. Proteção funcional.....	350
182. Segunda condição do endosso: o esgotamento dos recursos internos.....	351

183. Efeito jurídico do endosso	352
184. Renúncia prévia à proteção diplomática: a doutrina e a cláusula Calvo	353
Seção III — CONSEQUÊNCIAS DA RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL	
185. A reparação devida	355
186. Formas e extensão da reparação devida.....	355
Capítulo IV O FENÔMENO SUCESSÓRIO	
187. O princípio da continuidade do Estado	358
Seção I — SUCESSÃO DE ESTADOS: MODALIDADES	
188. Fusão ou agregação de Estados	359
189. Secessão ou desmembramento de Estados	359
190. Transferência territorial	360
Seção II — SUCESSÃO DE ESTADOS: EFEITO JURÍDICO	
191. Normas aplicáveis.....	360
192. Nacionalidade das pessoas	361
193. Bens públicos.....	361
194. Tratados e dívida externa.....	363
Seção III — SUCESSÃO DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	
195. Um quadro recente	365
196. Dois exemplos	365
Parte III DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL	
197. Proposição da matéria.....	369
198. O polo norte	369
199. A Antártica.....	370

Capítulo I
O MAR

200.	Codificação do direito costumeiro.....	373
201.	Navios: noção e espécies	374
Seção I — ÁGUAS INTERIORES, MAR TERRITORIAL E ZONA CONTÍGUA		
202.	Variedade das águas interiores.....	375
203.	Regime jurídico	376
204.	Mar territorial: natureza e regime jurídico	377
205.	Mar territorial: extensão	378
206.	Mar territorial: delimitação.....	379
207.	Zona contígua	381
Seção II — ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA		
208.	Entendimento.....	381
209.	Direitos do Estado costeiro.....	382
210.	Direitos da comunidade.....	382
Seção III — PLATAFORMA CONTINENTAL E FUNDOS MARINHOS		
211.	Regime jurídico da plataforma continental	383
212.	Regime jurídico dos fundos marinhos	384
Seção IV — ALTO-MAR		
213.	Princípio da liberdade.....	385
214.	Restrições à liberdade.....	386
215.	Disciplina da navegação	386
Seção V — TRÂNSITO MARÍTIMO: ESTREITOS E CANAIS		
216.	Estreitos: algumas normas gerais	387
217.	Canais: regimes singulares	388

Capítulo II
RIOS INTERNACIONAIS

218.	Conceito.....	392
------	---------------	-----

Seção I — ALGUNS PRINCÍPIOS

219. Um direito casuístico.....	392
---------------------------------	-----

Seção II — REGIMES FLUVIAIS SINGULARES

220. Rios da América do Sul	393
221. Outros regimes.....	394

**Capítulo III
O ESPAÇO**

222. Distinção preliminar.....	396
--------------------------------	-----

Seção I — O ESPAÇO AÉREO

223. Princípios elementares.....	396
224. Normas convencionais.....	397
225. Nacionalidade das aeronaves.....	398
226. O sistema das cinco liberdades.....	399
227. Segurança do tráfego aéreo.....	400

Seção II — O ESPAÇO EXTRA-ATMOSFÉRICO

228. Gênese das normas	401
229. Cooperação e pacifismo relativo	402

**Parte IV
CONFLITOS INTERNACIONAIS**

230. Noção de conflito internacional.....	405
231. Proposição da matéria.....	406

**Capítulo I
SOLUÇÃO PACÍFICA**

232. Evolução dos meios.....	409
------------------------------	-----

Seção I — MEIOS DIPLOMÁTICOS

233. O entendimento direto em sua forma simples	410
234. Bons ofícios.....	410
235. Sistema de consultas.....	412

236. Mediação	412
237. Conciliação	414
238. Inquérito: uma preliminar de instância.....	415
 Seção II — MEIOS POLÍTICOS	
239. Órgãos políticos das Nações Unidas	415
240. Esquemas regionais e especializados	418
 Seção III — MEIOS JURISDICIONAIS	
241. Conceito.....	419
 Subseção 1 — <i>A arbitragem</i>	
242. Jurisdição <i>ad hoc</i>	419
243. Árbitros e tribunais arbitrais.....	420
244. A Corte Permanente de Arbitragem	421
245. Base jurídica da arbitragem.....	421
246. Natureza irrecorrível da sentença arbitral.....	423
247. Obrigatoriedade da sentença arbitral.....	424
248. Carência de executoriedade.....	424
 Subseção 2 — <i>A solução judiciária</i>	
249. Uma opção soberana.....	424
250. Uma história recente.....	425
251. A Corte da Haia: duas fases.....	426
252. 1945: a ressurreição da Corte	427
253. Juízes da Corte da Haia	427
254. Competência contenciosa	428
255. Cláusula facultativa de jurisdição obrigatória	430
256. Linhas gerais do procedimento.....	431
257. Natureza do acórdão	432
258. Competência consultiva.....	436
259. Cortes regionais e especializadas	436

Capítulo II
A GUERRA FRENTE AO DIREITO
INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO

260. <i>Jus in bello</i>	439
--------------------------------	-----

Seção I — DIREITO ANTERIOR À PROSCRIÇÃO DA GUERRA

261. Velhas regras costumeiras.....	440
262. Codificação: primeiros passos.....	441
263. O direito da Haia: guerra e neutralidade.....	442

Seção II — EVOLUÇÃO DA NORMA PROIBITIVA DA GUERRA
(1919-1945)

264. Pacto da SDN: o prazo moratório.....	444
265. Pacto Briand-Kellog: a renúncia.....	444
266. Carta das Nações Unidas: a proibição formal e extensiva.....	444

Seção III — DIREITO SUPERVENIENTE À PROSCRIÇÃO
DA GUERRA

267. O direito de Genebra: um imperativo humanitário.....	446
268. Desarmamento e outros temas de trato recente	448
269. Guerra total: hoje um falso problema	449

<i>Abreviaturas</i>	451
---------------------------	-----

<i>Bibliografia</i>	455
Obras gerais	455
Normas internacionais	459
Personalidade internacional.....	464
Domínio público internacional	468
Conflitos internacionais	468
Outras obras	470

<i>Índice remissivo</i>	473
-------------------------------	-----